

COMUNICADO DO CIMI E DA CPT À OPINIÃO PÚBLICA

A Diretoria do Conselho Indigenista Missionário - CIMI - e o Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra - CPT - vêm a público pronunciar-se sobre os seguintes fatos:

Há pouco mais de vinte dias a opinião pública do país tomou conhecimento pela imprensa da ação dos índios Kaingang e Guarani, da reserva Nonoai e outras áreas do Rio Grande do Sul expulsando centenas de famílias que nos últimos anos invadiram suas terras.

Neste ano-limite da demarcação das terras indígenas, a ação dos Kaingang e Guarani devolveu à imprensa a gritante situação já denunciada pelo recente episódio do Posto Indígena de Rio das Cobras, no Paraná.

Mais uma vez famílias de posseiros foram despejadas pelas estradas ou recolhidos aos parques de exposição de animais sob a vigilância do Exército e à espera das promessas de soluções. O direito dos índios de defender suas terras é incontestável. No entanto, quando esse direito é posto em prática, centenas de famílias são atiradas ao desabrigo quando se sabe que, mesmo no Rio Grande do Sul, fora de outras áreas indígenas, existe terra ociosa suficiente para fixar todos os despejados. E mais: o poder público dispõe de instrumento legal - o Estatuto da Terra - que lhe permite a desapropriação para fins de Reforma Agrária, para resolver problemas sociais.

A solução que foi tomada é uma repetição que já se torna histórica nos casos de luta pela terra no Brasil: uma espécie de deportação dos posseiros para a Amazônia Legal. Esta solução demonstra mais uma vez a intocabilidade do latifúndio. No caso concreto, os posseiros de Nonoai serão transferidos para a região de Barra do Garças - MT. A escolha não poderia ser mais infeliz; Mato Grosso é um dos estados brasileiros onde a luta pela terra é mais aguda. E Barra do Garças a área mais conflitiva do Estado. Aqueles posseiros viriam apenas engrossar a legião dos marginalizados que rondam os latifúndios matogrossenses à procura de terra e trabalho.

Dentro dessa mesma realidade alertamos para a situação dos índios Kadiweu em Mato Grosso do Sul. Contrariamente ao que se esperava, a FUNAI renovou, no final do ano passado, os contratos de arrendamento, de 300 mil hectares em favor de aproximadamente 100 arrendatários, entre os quais há senadores e outras figuras destacadas da oligarquia do estado. Perguntamos: não prometeu o general Imarthy cumprir o Estatuto do Índio e não renovar os contratos de arrendamento? Não

estará o órgão oficial de proteção ao índio, ao renovar os contratos por mais cinco anos, semente das futuras rebeliões indígenas como as de Rio das Cobras e Nonoai? Acreditamos que o simples fato de o DGPI - o grande intruso - auferir uma renda anual de mais de três milhões de cruzeiros não justifica essa medida flagrantemente contrária aos interesses do índio.

Alertamos finalmente para a recente medida tomada pelo presidente da FUNAI, de desativar o Parque Indígena do Araguaia. Um parque por mais mal administrado que seja, é uma unidade territorial, ecológica e possui mais meios para garantir a defesa das terras indígenas. Essa medida deixará os grupos Karajá, Javaé e Tapirapé entregues à estrutura dos postos indígenas, sabidamente inoperante. Desta forma se abrem as portas do Parque Indígena do Araguaia à cobiça do latifúndio e abre igualmente o precedente para a extinção de todos os parques indígenas do país. A essa altura restam apenas o Parque do Xingú e o Parque do Aripuanã sofrendo a contínua invasão das grandes empresas.

Neste ano-limite estabelecido por lei para a demarcação das terras indígenas, a palavra do próprio índio é que mais alto grita a sua denúncia e disposição de luta.

Na recente assembléia, realizada na reserva de São Marcos (MT), os chefes de diversos grupos indígenas de todo o país lançaram seu protesto:

"Pela passagem da XI Assembléia de Chefes, queremos deixar o nosso apoio como povos pela atitude enérgica dos índios Kaingang e Guarani de Rio das Cobras, no Paraná, e pelos índios Kaingang e Guarani de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Que nestes últimos dias puseram fora de suas terras intrusos que, por inoperância do órgão do governo, FUNAI, a anos atrás permitiu a invasão dos intrusos através de arrendamentos, e ultimamente por promessas de desocupar a área, que nunca foram cumpridas. A luta dos Kaingang é a nossa luta.

Lastimamos na ocasião a situação que encontram os colonos expulsos vítimas também da inoperância do órgão do governo: o INCRA."

E conclamam a "todos os índios e não somente os índios, mas a todos aqueles que de sua consciência querem o bem estar do índio. que seja cumprido o que a Funai - disse há 5 anos atrás que no prazo de 5 anos fará demarcar todas as áreas indígenas. O não cumprimento desse item cuja promessa consuma-se este ano, será o maior crime contra as sociedades indígenas que a política indigenista oficial pode infringir."

E finalizam: "a FUNAI pode realizar essas demarcações e se não faz, será responsável pelo que suceder: os índios têm que agir violentamente, como nos casos de Rio das Cobras e Nonoai."

Fazemos nosso também o apelo dos colonos despejados que se recu-

.3.

sam a se converter em mão-de-obra barata nos grandes latifúndios de Mato Grosso e insistem em permanecer no estado do Rio Grande do Sul, onde sabidamente existem terras ociosas ou nas mãos de organismos oficiais, como o Exército, e são sub-arrendadas a grandes empresas; denunciemos como falsas todas as propostas de solução do problema da terra que, não contando com a participação dos lavradores, vêm apenas aumentar a grande massa de deserdados que percorre o campo brasileiro.

Queremos manifestar publicamente nosso repúdio a essa situação injusta e dolorosa e conchamar todo o povo brasileiro a estender sua solidariedade aos índios e lavradores empenhados na luta por uma vida mais digna e mais humana.

Goiânia, 14 de junho de 1978.